



PAISAGEM RETOMADA: UMA ANÁLISE DAS TRANSFORMAÇÕES DAS PAISAGENS EM ÁREAS DE RETOMADAS DE TERRAS NO CÓRREGO VELHA ANTÔNIA, CONCEIÇÃO DA BARRA, ESPÍRITO SANTO.

Angelo de Sousa Zanoni¹

Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG-UFES)

João Batista Guimarães²

Quilombola e Técnico em Agroecologia

INTRODUÇÃO

O presente trabalho pretende analisar as transformações das paisagens ocorridas após a retomada de terra no córrego Velha Antônia, identificado e reconhecido como território tradicional quilombola e pesqueiro, próximo à vila de Itaúnas, localizada no município de Conceição da Barra, Espírito Santo (ES). A proposta é iniciar uma investigação da relação entre território e paisagem, associando as práticas territoriais à (re)constituição da paisagem de forma relacional.

Considerando a produção simbólica do norte do ES desde o período colonial como *sertão desconhecido* e, posteriormente *região de vazio demográfico*, foi se constituindo o que Moraes (2005) chamou de *ideologia geográfica* que, ao tempo que invisibiliza os povos que ocupam o território historicamente, legitimam as políticas territoriais modernizadoras. No caso do norte do ES, destacamos o processo de expansão do monocultivo de eucalipto para a produção industrial de papel e celulose, que expropriou diversos povos de seus territórios com o amparo do Estado durante o regime cívico-militar (GOMES, 2011; MALAGUTI, 2023), impulsionado por uma ideologia desenvolvimentista, propagada por meio de importantes obras historiográficas do Espírito Santo, em relatórios técnicos, planos de governo e produtos cartográficos, em consonância com as diretrizes econômicas mundiais, adentrada no Brasil principalmente pela Comissão Econômica para a América

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGG/UFES).

² Quilombola e Técnico Agrícola.



XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

Latina e o Caribe – CEPAL (NETO, 2017; DARÉ, 2014; NASCIMENTO, 2016; SCARIM, 2015; ZANONI; SALAROLI, 2024).

A territorialização dos monocultivos de eucalipto gerou grandes impactos sob o território quilombola conhecido como Sapê do Norte, que compreende uma área distribuída entre os municípios de São Mateus e Conceição da Barra, no norte do Espírito Santo, ocupadas tradicionalmente por comunidades remanescentes de quilombos. Grande parte dessas comunidades se estabeleceram no período escravista e se consolidaram pós-abolição, formadas no sentido de criar condições próprias e apropriadas de habitar e alimentar os sujeitos da diáspora (FERREIRA, 2009). Contudo, a partir da década de 1960, a expansão dos monocultivos de eucalipto desorganizou e transformou profundamente o território do Sapê do Norte (DEALDINA, 2011; FERREIRA, 2009; 2011).

Após décadas de estudos e processos de reconhecimento, legitimação e titulação de suas terras, a morosidade e falta de resolução permitiram a ampliação dos conflitos. De forma autônoma e coletiva, comunidades quilombolas iniciaram as *retomadas*, que se configuram como uma reapropriação dos territórios historicamente ocupados por elas, através da retirada de eucalipto das áreas identificadas, com intuito de reaver o território, devolvendo-o sua qualidade de abrigo, fonte de riquezas, produção e conservação. Constata-se que pouco há de estudos sobre essas áreas reivindicadas, acrescentando o fato de existirem diversas retomadas, cada qual no seu estágio de existência e peculiaridade. Neste estudo, faremos uma análise das transformações das paisagens em uma retomada com aproximadamente 15 anos de existência que, muito embora ainda se encontram em processo de reconhecimento como quilombo junto ao Estado, descendem diretamente de comunidades quilombolas já reconhecidas e identificadas do entorno.

Nos propomos a uma leitura geográfica das retomadas sob o viés analítico da categoria paisagem, reconhecendo a interação entre os meios físicos, bióticos e sociais. Considerando a centralidade epistemológica da paisagem na Geografia, alguns expoentes do período clássico devem-se ser destacados, com Humboldt e Ritter e, em seguida, com Ritchthofen e La Blache. Naquele período, a descrição e comparação figurava no centro das pesquisas, e a paisagem tinha um sentido mais visível. A partir dos anos de 1970, novos elementos deram aporte a este conceito em geografia, inserindo uma preocupação em relação aos aspectos não-visíveis como constituintes de uma paisagem. Por isso, partimos da premissa que a paisagem revela e esconde processos ligados às dinâmicas territoriais.



Para Éric Dardel, “a paisagem não é um círculo fechado, mas um desdobramento” (DARDEL, 2011, p. 31). A paisagem por ele é compreendida para além dos aspectos visíveis, pois requer a compreensão de sua formação, o que a originou, uma vez que é ela um desdobramento. Isso requer um esforço de desvendamento dos processos e agentes que atuaram em sua formação. Claval (2004) afirma que a leitura funcional da paisagem, isto é, do seu visível, encontra limite, pois “nem sempre a realidade visível esclarece sobre aquilo que realmente acontece” (CLAVAL, 2004, p. 37). Por isso, se faz necessário ir além da aparência superficial da paisagem para compreender as forças físicas, sociais, culturais e históricas que a moldam. Semelhante ao princípio de Zong Bing, citado por Berque (2011), ao tratar os dois lados da paisagem: “um que provém de substâncias materiais e visíveis, outro de relações imateriais e invisíveis” (BERQUE, 2023, p. 89).

Numa abordagem cultural crítica, Cosgrove (1989) aborda a paisagem como representação simbólica, construída historicamente e permeada de relações de poder, sendo dotada de significados criados por distintos grupos sociais, o que levou a propor as noções de *paisagem de classe dominante* e *paisagens alternativas*. Numa abordagem fenomenológica, como sugerida pelo geógrafo orientalista Augustin Berque (2023), a paisagem é uma relação entre sociedade e meio, ela é um modo de viver e habitar, propondo uma distinção entre o *pensamento sobre a paisagem* e o *pensamento-paisagem*. Enquanto o primeiro refere-se a uma análise e interpretação da paisagem como objeto de estudo, o segundo se aprofunda na relação entre humano e ambiente, isto é, a paisagem como expressão dessa relação. Neste sentido, adotar a paisagem como objeto a ser analisado, interpretado e explorado é uma característica do que o autor chamou de *paradigma ocidental moderno clássico* (BERQUE, 2023) e, por isso, degrada a paisagem. Ao contrário, ainda segundo o autor, o *pensamento-paisagem* se debruça na profunda relação entre ser humano e seu meio que, em geral, constituem paisagem sem a intenção da mesma.

A paisagem retomada decorre de uma reapropriação dos territórios sob domínio de grandes empresas de monocultivos, reconstituindo, por meio das memórias, a paisagem. Esta, por sua vez, realimenta as memórias. Decerto que a paisagem pós-retomada não é e jamais será a mesma daquela pré-industrialização, no entanto caminha-se para um horizonte outro, não mais estéril e homogêneo, mas animado pelas memórias e pela vida que retoma à terra, aos rios e lagos, às matas.

No sentido de explanar suas revelações e esconderijos, nos propomos a análise das transformações das paisagens e seus processos constituidores, através de fotografias, imagens satélites e mapeamentos, a fim de associar as transformações da paisagem com à questão alimentar e



ecológica, além de fornecer um estudo piloto para contribuição com a luta por direitos territoriais de povos e comunidades tradicionais sob uma perspectiva crítica da paisagem.

METODOLOGIA

O presente trabalho percorreu caminhos metodológicos que perpassa por uma revisão bibliográfica referente ao processo de expropriação (ou “tomada”) das terras por parte do grande empreendimento de plantio de eucalipto para produção de madeira e, posteriormente, para indústria de celulose, bem como os impactos socioecológicos impostos ao território quilombola do Sapê do Norte.

De forma operacional, buscamos materiais visuais que permitíssemos analisar as transformações da paisagem, como levantamento de imagens satélites e fotografias aéreas, esta última realizada nos anos 1970 e 1971 pela Secretaria de Agricultura do Espírito Santo, consistindo em um levantamento aerofotográfico vinculado a cadastro de lotes que registravam a forma de apropriação das terras (posseiros, requerimentos e proprietários), junto com informações referentes a documentação das terras e as benfeitorias existentes (produção agrícola e construções). Este material compunha um estudo para recuperação econômica do Espírito Santo, após a política de erradicação dos cafezais, mapeando áreas com potenciais para novos empreendimentos. Por outro lado, ele acabou também por registrar processos obscuros de aquisição de terras por parte de empresas que adquiriam por diversas formas as terras “sem donos” (devolutas), além de pessoas que requeriam e repassavam à empresa de produção de eucalipto, conforme nos apresenta o “Estudo e Relatório de Impactos em Direitos Humanos de Grandes Projetos (EIDH/RIDH): o caso do monocultivo de eucalipto em larga escala no Norte do Espírito Santo”, publicado em 2010.

Também foram realizados registros fotográficos, audiovisuais e entrevistas em campo, sendo assim, o trabalho de campo foi realizado com vistas à interação direta com os sujeitos e locais envolvidos, com respeito ao direito e registro de consentimento em participar da pesquisa³. Buscou-se, portanto, uma análise endógena que integrasse o conhecimento geográfico de base científica ao saber geográfico popular como um caminho teórico-metodológico. Dessa forma, entendemos que apenas a análise de imagens, seja de diferentes naturezas e escalas, não permite ou qualifica a análise

³ Uma vez que o trabalho envolve uma situação de conflito constante, optamos em utilizar pseudônimo com intuito de preservar e assegurar proteção aos participantes.



XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

integral da paisagem se não integrar os relatos e memórias da população local, que viveram cotidianamente as transformações da mesma e, portanto, oferecem informações não possíveis de extrair diretamente daquilo que é visível na paisagem, pois parte do seu processo de constituição estão ocultas nas imagens e fotografias, mas que nos convida a desvelar.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O uso de fotografias e imagens satélites nos permite uma análise da paisagem no plano do visível que, somado aos achados empíricos da pesquisa em campo, corrobora para análise dos processos (re)constituidores da paisagem.

Das imagens mais antigas que esteve em nosso alcance, a foto aérea (Imagem 01) de 1971 registra um período inicial do plantio de eucalipto, com as estradas quadriculares já estruturada para a logística da produção e a supressão da vegetação nativa em grande parte da área em vermelho, sob domínio da empresa Agroflorestral Ouro Verde. Percebe-se que à oeste, a mata é mais preservada, com presença de lagoas e pequenos plantios, área atualmente reconhecida e demarcada como território quilombola Angelim I. A área hachurada em amarelo estava sob domínio da empresa Brasil Leste Agroflorestral (BLASA) e não havia naquele momento uma exploração intensiva com monocultivos de eucalipto.

Imagem 01 – Foto aérea do Córrego Velha Antônia (1971).



XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS



Fonte: SECRETARIA DA AGRICULTURA DO ESPÍRITO SANTO – Departamento de Aerofotogrametria e Interpretação. **Fotomosaico de propriedades agrícolas e seus ocupantes**. Vitória, 1974. Edição pelo autor.

O aerolevanteamento dessas áreas estava acompanhado também de um levantamento fundiário e, junto as fotografias aéreas, o estudo apresentou dados de cada lote, como nome e condição do proprietário, documentação do imóvel, área, benfeitorias (plantios e construções). Ao analisar as fichas cadastrais destes dois imóveis, constata-se lacunas em torno do processo de aquisição daquelas terras. Vejamos.

A área em vermelho está registrada no fotocadastro sob a ficha de numeração 40 da folha 19. A ficha cadastral deste imóvel registra a empresa Agroflorestal Ouro Verde como proprietária, cujo documento sugere o tamanho de 499,6 hectares nesta área aqui apresentada. Desse total, 293,8 hectares são áreas cujo processo encontrava-se no INCRA, o que leva a entender que se trata de terras devolutas.

Já a área em amarelo, cadastrada sob a numeração 38 da folha 19, é registrada como proprietária a empresa Brasil Leste Agrofloresta. No entanto, não consta nenhuma documentação referente a titulação dessas terras que, além da área hachurada, também comporta grande parte da área ao oeste

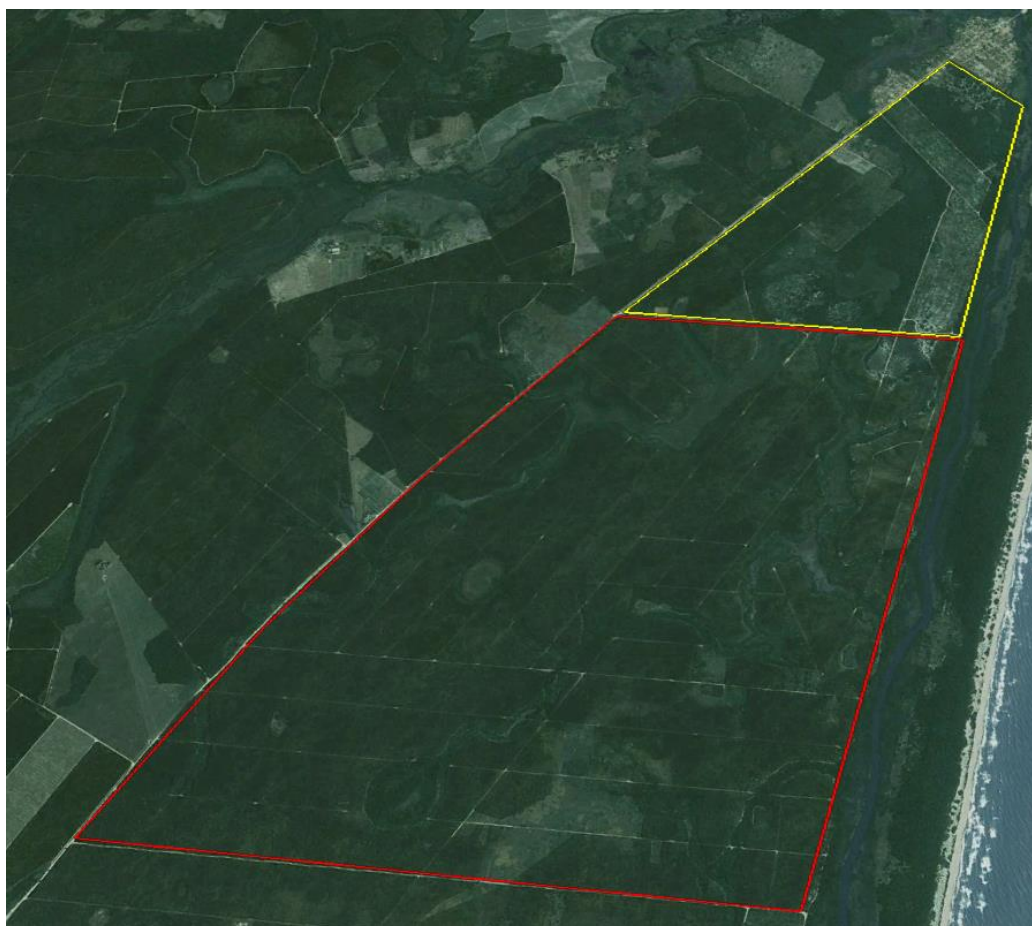


até o rio Angelim, que viria também a ser ocupada pelos monocultivos e hoje encontra-se demarcada como território quilombola de Angelim I, após um longo estudo histórico, antropológico e fundiário.

Dessa forma, o processo de constituição das paisagens homogêneas resultado dos monocultivos de eucalipto e seu sistema de vias quadriculares está, inicialmente, associada a aquisição de terras de forma duvidosa e, por vezes, fraudulentas como nos apresenta o estudo de cadeias dominiais da fazenda “Sapê do Norte” realizado por Ferreira (2009).

No segundo momento, buscamos manter a análise a partir de imagem aérea, optando por uma período de consolidação do “imprensamento”, isto é, da condição de isolamento das comunidades remanescentes pelos extensos monocultivos. A imagem, agora colorida e não mais preto/branco, se faz homogênea ainda assim, em cores e linhas.

Imagem 02 – Imagem satélite do Córrego Velha Antônia em 2005



Fonte: CNES/Airbus via Google Earth. Edição e organização pelo autor.



Na imagem, observamos a área totalmente tomada pelo monocultivo de eucalipto em 2005, de forma que a paisagem se apresenta numa monotonia de cores e formas e, por consequência, a redução drástica dos espelhos d'água. Neste momento, as comunidades quilombolas começavam a se organizar para reivindicar seus territórios, o que viria a ser realizado no ano seguinte a primeira experiência de retomada, em uma comunidade bem próxima ao córrego Velha Antônia.

No caso ora estudado, antigos moradores da Vila de Itaúnas e da comunidade quilombola de Angelim I iniciaram em 2010 uma retomada das terras do córrego Velha Antônia, especialmente a representada em amarelo nas imagens, como veremos a seguir. Embora naquele momento o grupo não se autodeclaravam quilombola, frisavam a proximidade de parentesco com a comunidade de Angelim I, conforme a fala a seguir:

“O pessoal, saiu do Angelim foi para Vila e da Vila veio para cá, entendeu? Minha avó mesmo, morava do outro lado do Rio Angelim. A família dela ali. Uma parte a Suzano comprou e a outra ela tomou. A parte da minha avó foi tomada. A minha avó tem a documentação. Minha avó tem até hoje. Meus tio tem a documentação dessa terra que ela, a Suzano, tomou. Oito alqueires de terra dela, entendeu? Ela foi pra praia lá, a praia soterrou. Aí a gente veio pra Itaúnas, aí de Itaúnas a gente já veio para cá” (Geraldino, entrevista realizada em agosto/2025).

Este processo de expropriação aconteceu de forma sistemática, junto com outras estratégias ilícitas de aquisição de terras, das quais grande parte passaram para o domínio da Aracruz Celulose S/A (atual Suzano), conforme já estudado (FERREIRA, 2009; GOMES, 2011; FILHO, 2011; BARCELLOS, 2010). Sendo assim, a simples aparência monótona que a paisagem revela, esconde o processo de sua constituição, que foi fraudulento, violento e excludente, num processo que se aproxima do que D. Harvey (2013) denominou de *acumulação por espoliação*.

A seguir, apresenta-se uma imagem satélite atual, com a ocupação da área em amarelo por descendentes de famílias tradicionais, quilombolas e ribeirinhos, das comunidades de Angelim I e Itaúnas, com intuito de reaver áreas de uso comum para moradia e plantios de gêneros alimentícios.



Figura 03 – Imagem satélite do córrego Velha Antônia (2024)



Fonte: Satélite Airbus. Extraída do GoogleEarth (Pro). Edição e organização pelo autor

A área de vermelho continua sob domínio da empresa de Celulose, mas que também atuou com pedido de reintegração de posse, atendido no ano de 2022. A área descampada significa uma pós-colheita e preparação para novos plantios. Mas é na área amarela que ocorre a retomada que aqui tratamos. Embora a empresa já houvesse obtido liminar de reintegração de posse⁴, a mesma foi suspensa depois de uma intensa mobilização política, desde apoio de parlamentares do legislativo, da comissão de Direitos Humanos, da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ)⁵, coletivos e apoiadores em geral. A comunidade organizou uma panfletagem, aproveitando da grande circulação de turistas na vila de Itaúnas em decorrência do Festival de Forró de Itaúnas, um dos maiores eventos nacionais do gênero que ocorre anualmente e mobiliza uma multidão em direção à vila. A reintegração, marcada para o segundo dia após o

⁴ Ação de Reintegração de Posse movida pela SUSANO S.A. (Processo n. 5000217.74.2024.8.08.0015).

⁵ Ver nota: <https://conaq.org.br/wp-content/uploads/2025/09/Nota-Quilombo-Itaunas.pdf>



encerramento do festival, foi suspensa no dia anterior à data de sua execução⁶, o que foi muito comemorado pelos moradores que já investiram significativamente em suas casas e plantios.

Evidentemente, a permanência nas terras gerou uma transformação da paisagem durante os 15 anos da retomada. Ainda sob ameaça de reintegração de posse, as famílias resistem e se mobilizam para impedir que ela seja realizada, ao tempo que produzem nessas áreas e, conseqüentemente, transformam a antiga paisagem homogênea em uma paisagem diversa, de vida, cores e caminhos, como nos mostra o relato a seguir:

“Tem aipim, tem mandioca, tem milho, manga, coco, abacate, acerola, tem a horta ali, abóbora, cajá, abacate, seriguela, mamão. Abóbora ali é mato, ó. É porque vai morrendo e tem que fazer o replantio. Galinha tinha muito, mas os cachorros dos outros vem aí, mata. Mas sempre tem galinha. Tem gente que cria porco.” (Geraldino, entrevista realizada em agosto/2025).

Apresentaremos a seguir, um conjunto de registros fotográficos, com intuito de defender a diferença substancial da constituição da paisagem sob as práticas realizadas pelas partes em conflito. Ao mesmo tempo, relacionaremos tais práticas ao exame das qualidades ecológicas e de segurança alimentar que as paisagens registram.

Imagens 04 e 05 – Monocultivo de eucalipto



Fonte: Registros do autor em 2023/2024.

⁶ Suspensão CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 216277 - ES (2025/0354835-0), realizada no dia 15/09, sendo que a reintegração estava marcada para o dia 16/09.



Registra-se aqui um ângulo horizontal daquilo que é mostrado verticalmente pelos satélites sob um padrão monocromática de coloração verde dos monocultivos. Extensas áreas com plantio contínuo, espaçamento e tamanho padronizados, além da ausência de diversidade vegetal e animal e da presença humana. Caminha-se longas estradas e não encontra-se uma pessoa sequer, e por isso foi popularmente associado a um deserto: o deserto verde. São áreas intensamente vigiadas pela segurança privada da empresa, com objetivo de controlar o acesso às terras sob seu domínio.

Na imagem a seguir, registra-se um local de encontro, uma paisagem do *front*, uma disputa de território materializada na fotografia abaixo:

Imagem 06 – Disputa territorial via comunicação:



Fonte: Registro feito pelo autor em 2023.

Enquanto a placa de aço encomendada pela empresa, proíbe a presença de pessoas nas áreas do córrego Velha Antônia, a comunidade de Itaúnas com apoio de organizações sociais divulgam por suas próprias mãos o trabalho de recuperação das nascentes do córrego que, por mais de três décadas, tem sofrido o impacto do monocultivo de eucalipto e toda a carga de produtos agroquímicos que esta atividade exige. A retomada não é apenas a aquisição de um lote ou terreno, mas também a defesa de



um território propício à vida, semelhante ao que Milton Santos (2000) qualificou de *território como abrigo*.

A retomada do córrego Velha Antônia, realizada sob áreas de monocultivos, vem provocando alterações do território e, conseqüentemente, em suas paisagens. A seguir, apresentamos registro do rompimento de uma estrada pelas águas do córrego, devido a recarga hídrica de seu leito, e a proximidade de uma lagoa.

Imagem 07 e 08 – Rompimento de estrada.



Fonte: Registros do autor em 2022/2023

A primeira imagem, registrada no ano de 2022, portanto, sete anos após a retomada das terras e a paralisação dos plantios de eucalipto; a segunda, registrada no ano seguinte, já com a estrada rompida pela constante e crescente compressão da água sobre ela. Dois elementos dessa exposição devem ser destacados. O primeiro refere-se ao perfil de solo, exposto com o rompimento da estrada que mostra uma camada de 60 centímetro de aterro sobre o solo original - organossolo, característico de áreas úmidas e de baixa drenagem, evidenciando crimes ambientais cometidos no processo de implantação dos monocultivos de eucalipto. O segundo elemento é a leitura das transformações da paisagem pelos sujeitos que retornam à área por meio das retomadas, pois, por acompanhá-las cotidianamente, expõe-as conforme relato a seguir:

“Se você for falar de vida, a vida voltou. Aqui em baixo tinha uma lagoa que passava trator dentro, porque era seca. Então, hoje, tem bastante peixe, animais, todo tipo de animal aqui tem. Hoje de vez em quando você trupica em um tatu, dentro da roça.” (Geraldino, entrevista realizada em agosto/2005).



Imagem 08 – Lagoa do Córrego Velha Antônia.



Fonte: Registro do autor em 2023.

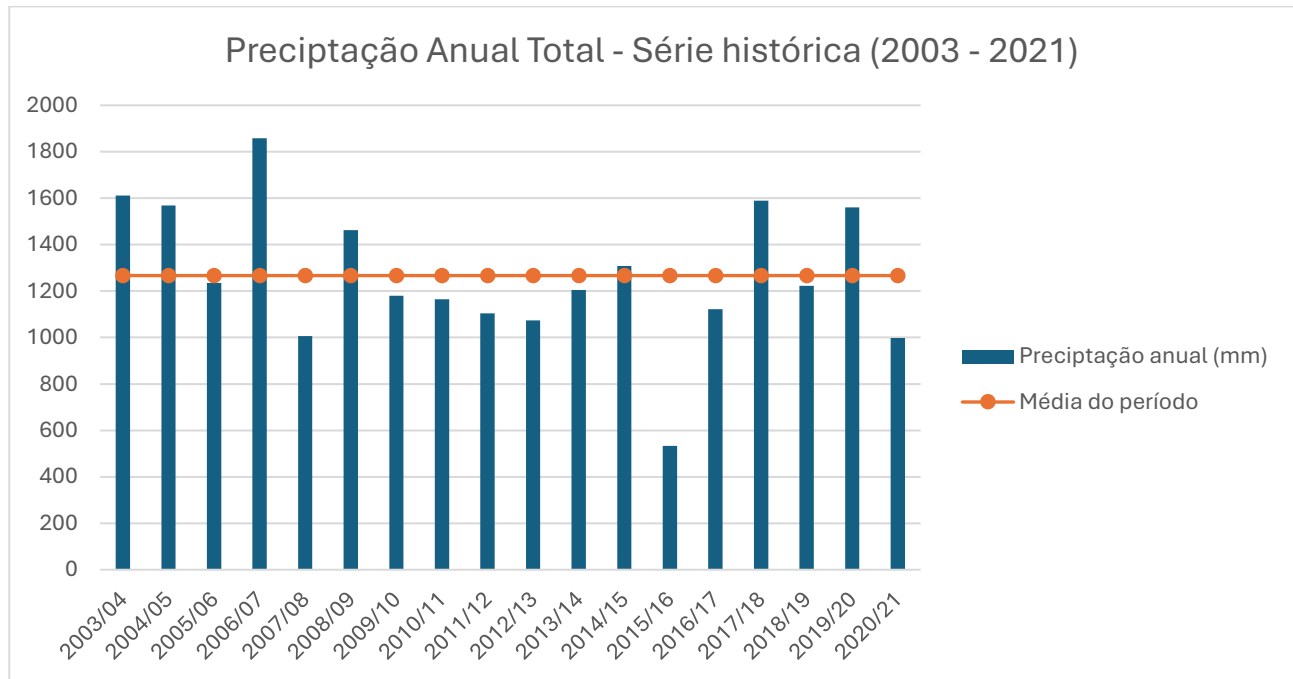
A lagoa retratada na fala e apresentada na fotografia acima (Imagem 08) está à jusante do ponto de rompimento. Como é possível visualizar na fotografia, algumas árvores secundárias e invasoras passam pela chamada asfixia radicular, que refere-se ao alagamento do solo e a consequente falta de oxigênio, o que significa mais uma evidência do retorno da água. Geraldino expõe a existência de quatro lagoas que estão aumentando sua carga hídrica desde que retomaram a área:

“Água aqui, ó, aqui para baixo tem umas quatro lagoas. Essas quatro lagoa você passava um trator lá dentro há 10 anos atrás, há 15 anos atrás, há 20 anos. Hoje está tudo lotado isso. Tudo lotado. Água inteira. Por quê? Porque o eucalipto acabou, acabou o eucalipto. A natureza voltou tudo. A natureza voltou tudo porque o eucalipto, ele... aqui mesmo tem uma, ali é uma ‘matinha’ ali atrás, tem uma ‘lagoona’ grande. Tá cheia. Tem muito peixe. Estava sequinha. Não tinha um pingo d’água. Por quê? Eles obrigam a natureza, porque a mata conserva, a mata conserva a água. O eucalipto não, o eucalipto destrói a água, ele destrói a beleza. Pega um eucalipto ali, dessa grossura, bota ele aqui em pé e amanhã você vai ver quase um litro de água no chão molhado ali, com a água que tem dentro.” (Geraldino, entrevista realizada em agosto/2005)

Uma contestação a esta leitura sugere a necessidade de avaliar outros parâmetros, especialmente os índices pluviométricos. Neste quesito, os relatos e a imagem satélite (Figura 02) apontam que 2005 foi um ano de seca dos córregos e lagos, em que o território estava tomado de eucalipto, embora os dados pluviométricos demonstrem um ano com índices de precipitação acima da média, conforme gráfico a seguir:



Gráfico 01 – Série Histórica de Precipitação Anual



Fonte: Estação Meteorológica de São Mateus. INPE. Organizado pelo autor.

As práticas territoriais distintas constituem diferentes paisagens e cada qual evidencia o seu desdobramento ecológico. A produção da escassez hídrica, da homogeneização da paisagem e da territorialização dos monopólios é resultado de uma política territorial colonialista no momento em que, por conveniência e apoio estatal, o monocultivo de eucalipto adentra em territórios historicamente ocupado por povos tradicionais de forma violenta e fraudulosa.

Sob outras relações com o território, as práticas desses povos fomentam a reprodução do modo de vida e a diversidade produtiva e econômica da unidade familiar. As imagens abaixo apresentam fotografias que expressam o modo de vida e o pensamento espacial e as práticas territoriais do povo tradicional de Itaúnas.



Figura 09, 10 e 11 – Fotografias de quintais de unidades familiares na retomada do Córrego Velha Antônia.



Quintal produtivo e viveiro de nativas. Registro do autor. 2022.



Entrada de uma unidade familiar. Registro do autor. 2022.

Todas as fotos referem-se a lugares por onde fomos apresentados, o que demonstra a importância de expor determinados elementos de seu modo de vida. Ressaltaram a produção de gêneros agrícolas que, além de abastecer parte do consumo familiar, também é comercializado externamente; o viveiro de mudas nativas que, somado a referência das lagoas, reafirma a preocupação ecológica daquele ambiente; e a entrada de uma unidade familiar que, visivelmente, se apresenta sob uma diversidade de espécies vegetais.

Este processo de retomada das terras não apenas transforma as paisagens (o que é evidente), mas (re)constituem as paisagens. Refiro-me neste trabalho a uma paisagem retomada. Não no sentido de que a paisagem voltou a ser como antes, pois, sabemos deste limite, mas no sentido de religar as práticas territoriais atuais à memória do espaço vivido do período anterior à chegada dos



XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

monocultivos de eucalipto; paisagem retomada também do monocultivo de ícones, cores e traços que eram impostos à paisagem e aos mapas pelos plantios homogêneos e em grande escala de eucalipto e sua política territorial colonialista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora trata-se de uma formulação inicial, pretendemos expor neste trabalho a relação entre território e paisagem, por meio da análise das transformações ocorridas na microbacia do córrego Velha Antônia, inerente a dois movimentos conflitivos: de um lado, a “tomada” da terra e a territorialização dos monocultivos a partir de 1960; e a retomada da terra e reterritorialização do povo tradicional no início dos anos 2010.

A paisagem é uma categoria analítica que nos permite compreender a materialidade de cada prática territorial em conflito pelo uso e em defesa de seus territórios. Enquanto a primeira, da territorialização dos monocultivos, a paisagem possui uma característica de homogeneidade de cores, linhas e espécies; a paisagem retomada revela, de forma oposta, a diversidade de cores, linhas e curvas, vida humana e não-humana.

A paisagem retomada tem o sentido de religar as atuais práticas territoriais dos povos à compreensão e leitura de seu espaço vivido, embasados nas memórias vivas que escrevem e grafam a Terra. Faz do território uma memória e da memória um território. Dessa maneira, (re)constituem as paisagens.

Comunidades do território quilombola do Sapê do Norte há mais de duas décadas aguardam a demarcação e titulação de seus territórios. Observa-se que essa morosidade no processo amplia o conflito com novos agenciamentos (indenização lama da Samarco, especulação imobiliária, bolsonarismo, exploração do sal-gema) que necessitam muito serem analisados. A retomada é uma resposta à essa morosidade, e ela vem munida de toda uma prática territorial que, por sua vez refletem às transformações ocorridas na paisagem.

Em diálogo com as formulações de BERQUE (2023), associamos que: por um lado, a modernização por meio da expropriação e territorialização dos monocultivos de eucalipto, tornou a paisagem um objeto universal, “geométrico, mecânico, puramente quantitativo e, portanto, totalmente neutro”, portanto, como “exato contrário da paisagem”; por outro lado, as retomadas oferecem uma paisagem singular e diversa, heterogênea, não-cartesiana. Ela é, antes de tudo, seu meio e modo de vida.



XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

Conclui-se que, a análise da paisagem, contribui para uma avaliação sobre o quadro ecológico e social que as duas práticas territoriais respondem. As representações em imagens satélites e fotografias do córrego Velha Antônia são apresentadas para elucidar, cada vez mais, os impactos do monocultivo de eucalipto sobre os rios, à terra, à vida e a segurança alimentar dos povos tradicionais, ao tempo que demonstra a conexão entre produção de água, de alimentos e moradia com a luta pelos direitos territoriais das comunidades quilombolas do Sapê do Norte.

Palavras-chave: Paisagem, Retomada, Quilombola, Monocultivos, Eucalipto.

REFERÊNCIAS

BERQUE, Augustin. **O pensamento-paisagem**. Tradução de Vladimir Bartalini e Camila Gomes Sant'Anna. São Paulo: EDUSP, 2023.

CLAVAL, Paul. A Paisagem dos Geógrafos. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (orgs.). **Paisagens, Textos e Identidade**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.

COSGROVE, Denis. A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: Corrêa, Roberto Lobato e Rosendahl, Zeny (orgs.). **Paisagem, Tempo e Cultura**. Rio de Janeiro, EdUERJ, 1989.

DARDEL, Eric. **O homem e a terra: natureza da realidade geográfica**. São Paulo: Perspectiva, 2011. xiv, 159 p. (Estudo ; 292). ISBN 9788527309240.

DARÉ, Raquel. **A “crise” do café e a ideologia desenvolvimentista no Espírito Santo**. Dissertação (Mestrado em Geografia), UFES/CCHN, 2014.

DEALDINA, Selma. Entre a terra e o carvão: as comunidades quilombolas. In.: GOMES, H.; OVERBEEK, W. (orgs.) **Aracruz Credo: 40 anos de violações e resistência no ES**. Vitória, 2011. p. 31-34.

FERREIRA, Simone Raquel Batista. **Donos do Lugar: a territorialidade quilombola do Sapê do Norte-ES**. 2009. 526 fls. Tese (Doutorado). Niterói: Universidade Federal Fluminense.

_____. A degradação socioambiental no Sapê do Norte. In.: GOMES, H.; OVERBEEK, W. (orgs.) **Aracruz Credo: 40 anos de violações e resistência no ES**. Vitória, 2011. p. 35-53.

FILHO, Sebastião Ribeiro. Fraudes e Ilegalidades. In: GOMES, Helder; OVERBEEK, Winnie (org.). **Aracruz Credo: 40 anos de violações e resistência no es**. Vitória: Patrícia Bonilha, 2011. p. 151-170.

GOMES, Helder. A viabilização da Aracruz Celulose pelo Estado brasileiro. In: GOMES, Helder; OVERBEEK, Winnie (org.). **Aracruz Credo: 40 anos de violações e resistência no es**. Vitória: Patrícia Bonilha, 2011. p. 135-150.



HARVEY, D. A acumulação via espoliação (excerto). In: _____. O novo imperialismo. São Paulo: Loyola, 2013, p. 115-130.

MALAGUTI, Geraldiny. **A implantação e expansão do Grupo Aracruz Celulose S/A na ditadura empresarial-militar brasileira:** as violações de direitos dos indígenas e quilombolas do estado do Espírito Santo. 2023. 221 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2023.

MORAES, Antônio C.R. **Ideologias geográficas.** Espaço, cultura e política no Brasil. São Paulo: Annablume, 2005.

MOVIMENTO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS (MNDH). Estudo e Relatório de Impactos em Direitos Humanos de Grandes Projetos (EIDH/RIDH): o caso do monocultivo de eucalipto em larga escala no norte do Espírito Santo. **O projeto agroindustrial da Aracruz Celulose (Fibria) e as comunidades quilombolas do Sapê do Norte.** Conceição da Barra; São Mateus, 2010. Coordenação: Gilsa Helena Barcellos. Entidade executora: Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Serra (CDDH). Apoio: PPDDH-ES. Financiamento: CESE; Instituto Marista.

NASCIMENTO, Rafael Cerqueira. **A narrativa histórica da superação do atraso:** um desafio historiográfico no Espírito Santo. Tese (Doutorado em História), UFES/CCHN, 2016.

NETO, Jaime Bernardo. **Negros em terras de brancos?:** representações sobre o racismo e a colonialidade nas representações hegemônicas sobre o espírito santo. 2017. 337 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017.

SANTOS, Milton et al. **O papel ativo da Geografia:** um manifesto. XII Encontro Nacional de Geógrafos. Florianópolis, 2000

SCARIM, PAULO CÉSAR. A DESCONSTRUÇÃO DA DOUTRINA DO DESENVOLVIMENTO NO ESPÍRITO SANTO - BRASIL. **Terra Livre**, [S. l.], v. 1, n. 34, 2015. DOI: 10.62516/terra_livre.2010.319. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/319>. Acesso em: 23 nov. 2025.

ZANONI, Angelo de Sousa et al.. Mapeamentos e verdades sobre o mundo (do pensamento hegemônico à cartografia de esperanças): a natureza do social em áreas de retomadas quilombolas como discurso de poder sobre o território. **Anais do XV ENANPEGE.** Campina Grande: Realize Editora, 2023. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/94117>>. Acesso em: 23/11/2025.